

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

LAURA ELIZA VALENTIM DE OLIVEIRA

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO SOBRE O PELOURINHO DA CIDADE DE
MARIANA (MG): uma análise sobre sua existência e seu papel nos tempos
atuais

OURO PRETO
2025

LAURA ELIZA VALENTIM DE OLIVEIRA

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO SOBRE O PELOURINHO DA CIDADE DE
MARIANA(MG): uma análise sobre sua existência e seu papel nos tempos atuais**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Museologia da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Museologia.

Orientadora: Prof. Dr. Priscilla Arigoni Coelho

Ouro Preto

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48m Oliveira, Laura Eliza Valentim de.

Memória e patrimônio sobre o pelourinho da cidade de Mariana (MG)
[manuscrito]: uma análise sobre sua existência e seu papel nos tempos
atuais. / Laura Eliza Valentim de Oliveira. - 2025.
40 f.: il.: color..

Orientadora: Dra. Priscilla Arigoni Coelho.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Museologia. 2. Monumentos. 3. Pelourinhos. I. Coelho, Priscilla
Arigoni. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE MUSEOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Laura Eliza Valentim de Oliveira

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO SOBRE O PELOURINHO DA CIDADE DE MARIANA (MG): uma análise sobre sua existência e seu papel nos tempos atuais

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 5 de setembro de 2025.

Membros da banca

[Doutora] - Priscilla Arigoni Coelho - Orientador(a) (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

[Doutora] - Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutora] - Anna Beatriz Vieira Muniz Donatelli - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Priscilla Arigoni Coelho, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Gomes, COORDENADOR(A) DE CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**, em 31/08/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1178025** e o código CRC **7CEA7502**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus, aos orixás, aos meus ancestrais, por toda a bênção e força para seguir em frente, aos pais por me ensinarem o valor do aprendizado, e a importância de manter os pés no chão, agradecer a minha mãe pelo amor, incentivo, apoio e dedicação incondicional para que meus sonhos sejam realizados, você é minha maior inspiração. Agradeço aos meus avós e a minha enorme família que me ensinam todo dia a agradecer por termos uns aos outros.

Agradecer a meu companheiro Thiago que sempre me apoia, me acolhe, e me lembra a importância de agradecer a vida e sempre priorizar e buscar o que nos faz bem, seguir sempre o que o coração diz.

Agradeço aos meus grandes amigos que a Museologia me trouxe, a Lunara, Marcus, Milla, Weverton, Lais e Catharina, com vocês eu tenho as melhores lembranças dessa vida, cada risada choro, café, desabafo foram essenciais para meu crescimento como pessoa. Agradeço a SOMUS por ter me proporcionado grandes amizades, cafés, desafios, experiência e trocas. Agradeço aos meus amigos que a cidade de Ouro Preto me fez encontrar, vocês são inspiração, agradeço a amizade que cada dia que passa se torna mais forte.

Ao DEMUL e todos os professores e funcionários que me ensinaram e me ajudaram em minha formação, sempre muito compreensíveis, agradeço à minha orientadora Priscilla Arigoni que sempre esteve ao meu lado me guiando, dando força e principalmente acreditando em mim nos momentos em que nem eu mesma acreditava, obrigada.

Um muito obrigado especial para o Edson Fialho, Anderson Sales (BOB) e a todos os funcionários do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/UFOP – MCT, desde o meu 2º período tem sido presentes em minha vida de forma incrível, foi onde aprendi sobre profissionalismo, dedicação e companheirismo.

RESUMO

Esta pesquisa em desenvolvimento tem como intuito analisar a existência e reinserção do monumento Pelourinho, localizado no centro histórico da cidade de Mariana (Minas Gerais), e problematizar qual o seu papel nos tempos atuais. Este monumento foi inaugurado nos anos 1980 do século XX, teve sua reconstrução baseada em um projeto de preservação da memória mineira nos anos 1930, idealizada por Salomão de Vasconcellos e continuada por Sylvio de Vasconcellos. Importante destacar que esta pesquisa ocorre pela inquietação do que este monumento representa, pois se trata de um objeto de tortura e impacto para a população negra da cidade. A forma silenciosa e planejada no qual este monumento foi reinserido na cidade de Mariana, pois ele se encontra no cartão postal da cidade, a Praça Minas Gerais, e faz parte do patrimônio histórico do Estado de Minas Gerais. Com base nos estudos da Memória Social e da Museologia das Memórias Traumáticas, apresento uma reflexão de como a construção de monumentos históricos estão ligados às relações sociais e a construção de memória usada para representar o passado, construir e apagar narrativas que refletem na sociedade diretamente. Partindo da ideia de como a construção social brasileira está ligada a estrutura de poder político, determinando o lugar de cada indivíduo de forma racializada, negros e brancos, de forma hierárquica, influenciaram em como a história de ambos fora retratada para a sociedade, e a forma em que são representadas determinam o seu valor e o silenciamento produzido na história brasileira. Esta pesquisa tem como base a análise da documentação primária sobre monumento no Arquivo do IPHAN na cidade de Mariana. Sendo o questionamento central voltado para reinserção do Pelourinho na cidade e sua representação na atualidade. Qual intuito de remontar um monumento que representa a memória de dor do outro e incorporar elementos arquitetônicos como volutas e não lhe dar o devido respeito? Por fim, refletir sobre os efeitos do apagamento e silenciamento de memórias dos negros brasileiros, e como algumas instituições nacionais ainda retratam a memória do afro-brasileiro banalizando todo o sofrimento ali representando. É preciso refletir e mudar essas representações no intuito de construir um caminho ético e consciente para lidar com memórias traumáticas.

Palavras-chave: Museologia, memória traumática, monumento, pelourinho, Mariana.

ABSTRACT

This ongoing research aims to analyze the existence and reinstatement of the Pelourinho monument, located in the historic center of the city of Mariana (Minas Gerais), and to problematize its role in the present day. This monument was inaugurated in the 1980s, and its reconstruction was based on a project to preserve Minas Gerais' history in the 1930s, conceived by Salomão de Vasconcellos and continued by Sylvio de Vasconcelos. It is important to emphasize that this research stems from the unease surrounding what this monument represents, as it is an object of torture and impact on the city's Black population. The silent and planned way in which this monument was reinserted into the city of Mariana is noteworthy, as it is located in the city's landmark, Praça Minas Gerais, and is part of the historical heritage of the State of Minas Gerais. Based on studies of Social Memory and the Museology of Traumatic Memories, I present a reflection on how the construction of historical monuments is linked to social relations and the construction of memory used to represent the past, constructing and erasing narratives that directly impact society. Starting from the idea that Brazilian social construction is linked to the political power structure, determining the place of each individual in a racialized manner, Black and white people, in a hierarchical manner, influenced how their history was portrayed to society, and the way in which they are represented determines their value and the silencing produced in Brazilian history. This research is based on an analysis of primary documentation on the monument in the IPHAN Archive in the city of Mariana. The central question focuses on the reinsertion of Pelourinho in the city and its representation today. What is the purpose of rebuilding a monument that represents the memory of another's pain and incorporating architectural elements such as volutes without giving it due respect? Finally, we reflect on the effects of the erasure and silencing of memories of Black Brazilians, and how some national institutions still portray Afro-Brazilian memory, trivializing all the suffering it represents. It is necessary to reflect on and change these representations in order to build an ethical and conscious path to dealing with traumatic memories.

Keywords: Museology, traumatic memory, monument, Pelourinho, Mariana.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - quadro ‘A Flagelação de Cristo’ do Piero Della Francesca	21
Figura 2 - Print do mapa de Portugal no aplicativo Google Maps	21
Figura 3 - Pelourinho de Coimbra, Praça do Comércio, reconstruído em 1980 baseado na sua versão de 1498	22
Figura 4 - Pelourinho de Coimbra, Praça do Comércio, reconstruído em 1980 baseado na sua versão de 1498	22
Figura 5 - Fotografia da primeira reconstrução do Pelourinho de Mariana MG em 1896	25
Figura 6 - Esboço do pelourinho de Vila Rica, atual Ouro Preto MG	25
Figura 7 - Xerox de uma carta de Euclides Vieira (ex-prefeito da cidade de Mariana MG) para Sylvio de Vasconcellos a respeito do transporte para as peças do pelourinho	28
Figura 8 - Xerox das fotos de onde estavam as peças do Pelourinho demolido em 1930	28
Figura 9 - Foto do Pelourinho do ano de 2024	30
Figura 10 - Foto da placa presente no Pelourinho no ano de 2024	30
Figura 11 - Brasão da Guarda Municipal da cidade de Mariana MG	31
Figura 12 - Placa de descrição e identificação do Pelourinho presente na Praça Minas Gerais.....	33
Figura 13 - Print do google imagens com pessoas aleatórias no monumento	34
Figura 14 - Print do google imagens com pessoas aleatórias no monumento	34
Figura 15 - Print do google imagens com pessoas aleatórias no monumento	34

LISTA DE SIGLAS

EDEM - Encontro de desenvolvimento de Mariana;

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional;

IHGMG - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais;

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

MCT - EM/UFOP - Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto;

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MEMÓRIA E HISTÓRIA	15
2.1 Memória traumática e o direito ao esquecimento	17
2.2 A memória traumática afro-brasileira atrelada ao racismo estrutural	19
3. PELOURINHO COMO REFERÊNCIA DE PODER E ORDEM URBANA	21
3.1 A reconstrução do Pelourinho na cidade de Mariana (MG)	26
3.2 O protesto e o imaginário colonial	28
4. LEMBRAR PARA QUE NÃO SE REPITA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DE OBJETOS PÚBLICOS MUSEALIZADOS.	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

INTRODUÇÃO

Pensar memória é um ato expansivo, no sentido que ela apresenta diversos discursos capazes de encaixar em várias demandas de nossa história social. Halbwachs (2014) vai dizer em *“Los marcos sociales de la memoria”* que o homem adquire suas lembranças ao viver em sociedade, suas recordações e locais de referência se dá em uma vida social plena. Assim a lembrança do homem está entrelaçada com a memória coletiva, e a conexão do homem com o território, é usada para reconstruir o passado, de acordo com as necessidades da sociedade. Visando abordar a relação da memória, objeto, sujeito e território, e em consonância com o que Halbwachs diz sobre a memória ser criada pelo sujeito que vive em sociedade, neste trabalho vamos trazer esta discussão para o campo das representações históricas, mais precisamente os monumentos, localizados em sua maioria em praças públicas, locais onde representam algum significado para a comunidade local.

Estes locais conhecidos no campo da Memória Social, os chamados Lugares de Memória, conceito criado por Pierre Nora, que significa lugares onde afirma-se a memória de uma sociedade, lugares funcionais embasados em memórias coletivas, e são lugares carregados de histórias, simbolismos, silêncios e esquecimentos também. E refletindo a respeito destes monumentos e seus lugares, qual seria seu papel nos tempos atuais?

Essa pesquisa tem como base a análise o monumento nomeado como Pelourinho, da cidade de Mariana – MG, e todo o processo da sua reinserção no centro histórico da cidade, a escolha deste objeto de estudo vem de uma inquietação sobre a origem desse monumento que levanta várias questões como e a razão pela qual ele foi reinserido em praça pública, já que ele retrata a dor de muitos descendentes afro-brasileiros.

A cidade de Mariana, conhecida como a primeira capital de Minas Gerais e primeira cidade planejada entre as cidades coloniais do estado, teve o seu centro histórico tombado pelo IPHAN no ano de 1945, e apresenta monumentos característicos do período barroco colonial português. A cidade é um dos principais focos da extração de minério ferro desde o século XVIII, localizada no conhecido quadrilátero ferrífero¹, o que fez com que aumentasse a

¹ Região localizada no centro sul do estado de Minas Gerais, é o marco principal da interiorização da ocupação portuguesa no século XVIII, a maior produtora de minério de ferro bruto, é aproximadamente 60% de toda produção nacional, que abrange também os municípios de Ouro Preto, João Monlevade, Santa Bárbara, Itabira, Itabirito entre outros. Fonte: qfe2050.ufop.br/o-que-eh

população local no seu perímetro urbano, acarretando a descaracterização de boa parte do seu patrimônio histórico no decorrer dos anos.

Entretanto, alguns monumentos foram mantidos, como igrejas, praças, chafarizes, prédios civis e outros foram criados, como bustos, placas, e ou reinserido, como o pelourinho.

O pelourinho, ou picota² surge na Europa no período medieval e como ponto de referência de uma vila ou cidade, onde se usava o pelourinho como um ponto de avisos importantes, exibição de criminosos punidos como forma de aviso, e sinal de que aquele local o qual se encontrava havia uma certa autonomia local, seja econômica quanto social. Já no Brasil o pelourinho surge junto com a chegada dos portugueses, construídos pelos próprios, se tornando peça fundamental para a antiga formação urbanística e social portuguesa, à medida que surgirá alguma vila, logo era requisitado o levantamento de um pelourinho público, este localizado em praça central, e próximo da câmara e cadeia da vila assim como era feito na Europa.

Logo, era o rito do levantamento que conferia ao pelourinho a qualidade de materialização, não do rei em si, mas da autoridade régia. Como emblema do poder monárquico, o pilar ou a coluna passava a ser a mais legítima representação local do rei ausente (ANDRADE, 2022, p.181).

No caso da cidade de Mariana, Minas Gerais, o pelourinho passou a ser ornamentado no início do séc. XVIII, e de acordo com documentos locais, mudou de lugar duas vezes, já que o objeto acompanhava a casa de câmara e cadeia em cada mudança de local. Em 1871 com a lei do ventre livre e a considerável redução de escravizados o pelourinho usado como objeto de tortura foi demolido de vez isso se deu devido o crescente movimento abolicionista local.

No ano de 1896 foi reconstruído um marco com algumas peças que restaram do antigo pelourinho junto com um chafariz ambos em pedra sabão, a obra foi feita na praça da Sé em comemoração aos 200 anos de elevação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, primeiro núcleo urbano de Minas Gerais, esse marco tinham alguns elementos como uma base com efeitos ovais estilo barroco. Com a mudança do espaço físico da praça por volta de 1930 ambos foram demolidos e seus pedaços foram remanejados para o almoxarife da prefeitura municipal da cidade.

De acordo com alguns documentos presentes na Casa Setecentista historiador marianense Salomão de Vasconcellos³ fez uma busca por peças existentes do demolido

² Nome primário dado ao pelourinho, muito utilizado em Portugal.

³ Salomão de Vasconcellos (1877-1965) é conhecido pelos estudos e discussões sobre a História de Minas Gerais, suas obras são de grande importância no cenário da produção historiográfica mineira. Foi colaborador e representante do SPHAN, hoje IPHAN, e teve, no IHGMG importante participação no tombamento da cidade de Mariana em Monumento Nacional

pelourinho em 1930, peças as quais se encontravam no depósito da prefeitura local e outras peças desaparecidas, segundo ele, deveriam ter mantido o monumento em pé, devido a sua contribuição à memória local. Tal projeto foi prosseguido por seu filho Sylvio de Vasconcellos⁴ que tinha como prioridade a preservação da memória histórica da cidade, o período em questão é marcado por um crescente interesse na preservação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente em cidades históricas.

Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras tombadas passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações, bem como na imposição de condições de uso e conservação de sua paisagem urbana impulsionada por nomes importantes do movimento como o Rodrigo Melo franco de Andrade e o Gustavo Barroso, que após uma visita a cidade de Mariana e a Ouro Preto. E depois de uma longa jornada na busca por recursos e as próprias peças do Pelourinho, sua reconstrução é efetuada pelo prefeito da época, o Sr. Jadir Macedo juntamente com uma cúpula de acadêmicos e historiadores da cidade, é inaugurado no ‘Dia de Minas’ na Praça Minas Gerais na data de 16/07/1981. A mudança de local do Pelourinho se deu por motivo de, Praça Minas Gerais era o centro econômico e político da cidade, com a presença da prefeitura e câmara de vereadores no prédio da Câmara e Cadeia, e o monumento ali seria muito significativo já que representa a ordem e justiça, conforme apresentado nos documentos localizados no arquivo da Casa Setecentista.

O pelourinho foi recolocado no centro histórico da cidade totalmente diferente do original, no topo uma esfera armilar que representa a esfera presente na Bandeira do Império do Brasil, consiste na união da Esfera a uma Cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo – símbolo este estritamente ligado à história de Portugal e que representa a fé cristã e a evangelização além-mar. Abaixo na coluna existem figuras representando braços segurando uma balança e uma espada fazendo alusão ao símbolo da Justiça, e por sua coluna estrutural foi completada por peças de cantaria de pedras diferentes, e acrescentado correntes próximo a sua base, na tentativa de representar que ali era o local do açoite. Existem poucos documentos a respeito do monumento e sua legenda pública feita pelo projeto “Sinalização Interpretativa do Patrimônio de Mariana – MG” além de estar danificada, apresenta um conteúdo generalizado sobre ele, e não esclarece que o objeto não passa de uma representação do que foi um pelourinho, e que sua estrutura e objetos ornamentais não são originais. Assim a falta

⁴ Sylvio Carvalho de Vasconcellos (1916 – 1979) construiu uma trajetória profissional sólida, tornando-se um nome importante para a Arquitetura brasileira. Autor de inúmeros estudos, artigos e obras bibliográficas sobre o Barroco Mineiro, a formação dos primeiros povoados em Minas Gerais e sobre a arquitetura moderna.

informação gera várias interpretações e reações a respeito do pelourinho, que ao longo dos anos é alvo de pichações e local de fotografias com poses constrangedoras e ofensivas simulando o ato de sofrer açoite e pendurados nas correntes, assim como os escravizados sofriam.

Na cidade é notável que frequentemente pessoas tiram fotos sorrindo, ou até mesmo se pendurando em suas correntes algo que foi noticiado uma vez e ignorado posteriormente, da mesma forma que tal comportamento ocorreu no O Memorial de Auschwitz, já que nessa era da tecnologia tornou-se comum tirar fotos e postar em mídias sociais, mas o fato de serem registradas fotos com poses alegres foram consideradas insensíveis, razão pela qual no ano de 2019 o Memorial de Auschwitz emitiu uma nota a qual pedia mais respeito para com o local monumento ao tirar fotos. Já aqui no Brasil quando se trata de locais históricos onde se retrata o período de exploração e escravização de africanos, afro-brasileiro e indígenas não existe essa comoção da maioria da população e tampouco o interesse em reconhecer como um crime contra a humanidade, e sim como objetos históricos do patrimônio cultural.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo da representação do pelourinho desde lá de Portugal até a sua mudança de função para a sociedade aqui no Brasil, e sua presença nos dias de hoje, enfatizando o papel da construção e invenção da memória, no caso da cidade de Mariana – MG, e como esse fenômeno foi fundamental, por exemplo, no apagamento da memória da escravidão na sociedade contemporânea, resultando na falta de informação verdadeira sobre o monumento, pois se trata de um objeto de tortura e de muito impacto para a população negra da cidade, e pela forma silenciosa e planejada ele foi reinserido na cidade, diz muito sobre o que está por trás do que é dito como um simples projeto de resgate patrimonial.

Com base nos estudos da memória social e traumática, apresento uma análise de que, a construção de monumentos históricos estão ligados a memória e as relações sociais, usadas para representar o passado, construir e apagar narrativas que refletem na sociedade diretamente, partindo da ideia de que, como a construção social brasileira está ligada a estrutura de poder político, e de forma racializada, negros e brancos tem seu lugar determinando, de forma hierárquica, influenciando em como a história de ambos fora retratada para a sociedade, e a forma em que são representadas determinam o seu valor. Existem estátuas, bustos de figuras ditas importantes, como a de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, na cidade de Ouro Preto, ou a do “Doutor Gomes Freire” um cidadão honorário da cidade de Mariana, e como outros bustos espalhados pela cidade, ambos representam essas figuras de forma grandiosa uma homenagem a seus respectivos feitos para a história brasileira. E partindo da ideia de que monumentos são construídos para homenagear, lembrar e contar histórias, o que o Pelourinho

reconstruído representa? Ele homenageia a escravidão? Ou ele é uma ameaça silenciosa, como uma lembrança de um castigo?

E assim essa pesquisa foi pensada no intuito de levantar essa discussão de qual o intuito de criar monumentos que representam a dor do outro, e não lhe dar o devido respeito. Refletir sobre os efeitos do apagamento cultural e silenciamento de memórias dos negros brasileiros, e como algumas instituições nacionais que ainda retratam a memória do afro-brasileiro, o resumindo a correntes e objetos de tortura. Banalizando todo o sofrimento ali representando. É preciso mudar essas representações e buscar um caminho ético para lidar com essas memórias traumáticas.

Iniciando essa pesquisa no primeiro capítulo com definições de memória, e focando na memória social e traumática com o intuito é elucidar com base em textos e citações, de como essa construção da memória influenciou resultou no processo de questionamento, reivindicação e cobrança de uma representatividade que condiz com o que de fato um pelourinho representa em pleno sec. XXI.

No segundo capítulo da pesquisa Pelourinho como referência de poder e ordem urbana, apresenta a origem do objeto pelourinho, contextualizando sobre sua função e nomenclatura na Europa, com destaque de estudos feitos por historiadores portugueses como Alexandre Herculano (2008) e Luiz Chaves (1930), que elucidam a importância desses monumentos no território europeu. E continuando a lógica da trajetória, que se estende até o Brasil, apresentando e comparando a função do pelourinho de ambos os continentes.

O terceiro capítulo A reconstrução do pelourinho na cidade de Mariana MG, vem com a problemática central desta pesquisa, que apresenta o porquê foi decidido reerguer o pelourinho. Com base em documentos encontrados na Casa Setecentista da cidade de Mariana, foi possível levantar informações importantes a respeito do projeto arquitetado por funcionários do SPHAN juntamente com membros da prefeitura local e um seleto grupo de moradores da cidade na época.

Para a produção da pesquisa foi fundamental o estudo de teóricos do campo da memória e território histórico, com o propósito de construir uma narrativa textual e transdisciplinar, do campo museológico, social e histórico.

2. A MEMÓRIA E HISTÓRIA

A memória coincide com a recordação consciente de eventos únicos do passado, sendo que essa capacidade implica em dois fatores: a formação da imagem do evento e uma crença de que a imagem refere-se a algo que ocorreu no passado. Nesse sentido, as imagens que constituem a memória verdadeira, diferem daquelas possíveis pelo simples exercício da imaginação, justamente por serem acompanhadas do sentimento de acreditar na existência passada do evento a que a imagem se refere, traduzida na expressão “isto aconteceu”, ou “isto existiu”. (Bertrand, 1905, apud Cunha & Silva, 2010, p.55).

Completando o pensamento Russeliano sobre a memória é que ela somente poderá ser efetivada se houver dois fatores pré-existentes: um objeto ao qual será recordado pelo indivíduo e a sua crença de que aquele objeto existiu no passado, que é reafirmado por mais de um indivíduo.

Pensar memória nos conduz ao sociólogo Halbwachs⁵ (1990) que apresentará a sua versão de memória individual e coletiva, a primeira concebida do ponto de vista único de um determinado acontecimento, o qual dá a liberdade de uma própria interpretação. Já a segunda, a memória coletiva, ela é quem permite que a individual exista, ela é fruto de um trabalho social. Somente com a memória coletiva o passado é permanente, pode ser ressignificado, ela tende a transformar tudo (imagens, fatos, histórias) em algo contínuo e sem rupturas, sem cortes, tudo isso pelo simples fato de manter a tradição, algo muito importante na concretização da memória coletiva.

O autor do verbete Monumento/documento, Le Goff evidencia que tanto o monumento quanto o documento são formas de construção da memória coletiva, carregadas de intenções e disputas simbólicas. O monumento, é todo objeto, edificação ou símbolo criado com o objetivo explícito de comemorar, celebrar ou impor uma lembrança, sua função é manter viva uma determinada memória coletiva, frequentemente aquela legitimada pelas classes dominantes, ambos servem para lembrar e para esquecer, conforme os valores e interesses do poder vigente. Já o documento, por sua vez, tradicionalmente visto como uma prova objetiva do passado, é reinterpretado por Le Goff como um monumento involuntário, isso porque todo documento, seja ele texto, registro, imagem ou objeto, é resultado de uma seleção humana: foi produzido, arquivado e transmitido de acordo com interesses políticos, sociais ou culturais. Portanto, o documento também expressa uma intenção de memória e um processo de esquecimento.

⁵ Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês, destacado por seus trabalhos sobre a memória coletiva.

No ponto em que a memória coletiva é citada é induzido a pensar em lugares de memórias, é pensar em locais de memória em comum de uma sociedade em um determinado local o qual algo importante aconteceu no passado e foi marcante para um determinado grupo, seja ele um fator bom ou ruim, o que nos importa aqui é entender o quão foi marcante a ponto de ser lembrado a vivência de várias gerações posteriores, e tudo isso atrelado a um local, pode ser ele transformado em uma praça, avenida, prédio, enfim ele deve ter uma forma física para ser considerado um lugar.

Aprofundando os Lugares de memória, conceito criado por Pierre Nora⁶, e presente em seu artigo “Entre memória e História: a problemática dos lugares”, há um ponto importante apresentado que é, o interesse pelos lugares onde a história aconteceu, permite a sensação de continuidade e ruptura com o passado, causando assim uma falha na memória, como se faltasse um pedaço, mesmo assim, essa falta é completada, devido a existência dos locais. Ou seja, os lugares de memória estão ligados a momentos marcantes da história, e servem como complemento de informação, já que a memória se rompe com o tempo.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993. p.12)

Já Ulpiano T. Bezerra Meneses escreverá que:

A memória tem passado e presente, a memória tem história – que não há como expor aqui. Mas o que pode ser brevemente exposto é aquilo que julgo serem estratos na história da pesquisa sobre a memória, que coincidem com o funcionamento dela no seio da sociedade. Grosso modo – e simplificando ao limite --, os primeiros estudos modernos na virada do século 19, com a Filosofia e a Psicologia, cuidavam de entender o ser humano com sua faculdade de rememorar, depois transferida para as dimensões sociais. (2018, p. 2)

Em seu artigo “A história, cativa a memória?” Ulpiano analisa a relação de história e memória e como esse fenômeno pode determinar a forma em que um evento do passado é recordado e moldado e compreendido, pois, segundo o autor, a história é uma construção social dependente da narrativa escolhida para ser preservada. Já o papel da memória ela vem para ser

⁶ Pierre Nora (Paris, 17 de novembro de 1931) é um historiador associado ao campo da chamada Nova História. É reconhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador. Destacou-se, ainda, pelo seu papel como editor em Ciências Sociais. Organizou um livro sobre o conceito lugares de memória.

um incômodo para a história já que, graças a ela, certos acontecimentos não são esquecidos por grupos de narrativas ‘apagadas’ levando a um impasse e distorcendo a visão de um passado único e rígido.

Um exemplo desse ‘incômodo’ é história Nacional, que usou da memória para moldar uma sociedade limitada ao que era importante para a preservação dela mesma, perpetuou e apagou muitas narrativas, e que depois de séculos sendo construída e reconstruída, no Brasil por exemplo desde o ‘descobrimento’ até a independência de Portugal, que mesmo com muitos conflitos e dizimando culturas, isso não foi o suficiente para impedir o surgimento de outras memórias, fruto dessa tentativa de exclusão, várias memórias no intuito de preencher e completar certos ‘furos’ deixados pelas narrativas únicas.

Isso se dá pelo fato de a memória em si ser seletiva e distorcida, que vem da influência da memória coletiva e individual da história, o autor analisa como diferentes grupos sociais e culturais reinterpretam eventos históricos de acordo com suas experiências e identidades, o que pode levar a múltiplas versões de um mesmo acontecimento.

E assim Ulpiano (2018) diz que nos últimos 20 anos a memória deixa de ser instrumento de estudo e passa a ter relação fundamental com a ética é uma aliada na reivindicação política e identitária, e que dessa mudança surge o estudo da memória traumática.

2.1 MEMÓRIA TRAUMÁTICA E O DIREITO AO ESQUECIMENTO.

Nos dias de hoje a memória traumática surgiu como uma emergência, depois de séculos de silenciamento e imposição, protestos contra a existência de monumentos públicos que remetem a protagonistas responsáveis pelo genocídio exploração e extermínio de povos originários, negros e grupos religiosos, se tornaram cada vez mais comuns, levantando pautas sobre a existência dessas representações, como monumentos, nomes de praças e ruas, que são lembranças constantes de um passado cheio de dor e sofrimento para alguns grupos. E como estão presentes no cotidiano, levanta a necessidade de mudança e ressignificação e se de fato esses patrimônios devem ser considerados bens patrimoniais a serem preservados.

Já refletimos a respeito da importância da memória coletiva e individual para o desenvolvimento da identidade pessoal e tornando assim fundamental para o surgimento de novas narrativas sociais e para uma justiça histórica. Eis que surge o direito ao esquecimento, que se trata de permitir que indivíduos se desvinculam de informações que os lembram de fatos

que não condizem com a sua atual realidade, por exemplo o objeto de estudo dessa pesquisa, que se trata de uma representação de uma lembrança de dor e sofrimento daqueles que foram penalizados no pelourinho, e uma constante lembrança do poder político e elitizado que expõe esse monumento em praça pública sem sequer considerar o trauma que a existência do pelourinho traz a população afro-brasileira da cidade.

Com a memória traumática, surgiram novos agentes no cenário memorial, como a testemunha e, sobretudo, a vítima (completada pela vítima de segunda categoria, aquela que não resistiu à tortura e “colaborou”). Também conceitos foram formulados ou reciclados, como a memória transgeracional (que assume os significados à medida que atravessa gerações), a pós-memória (a memória de segunda mão, não vivida, mas absorvida como própria no âmbito familiar), a memória ausente (existente, mas impedida de circular pelas convenções sociais), a memória silente (do corpo da testemunha incapaz de proferir palavra, mas expressando na sua imobilização a escala do ocorrido), a memória incorporada / “embodied memories (implicações corporais do testemunho), a paisagem mnemônica / memory capes (o testemunho dos espaços configurando os chamados sítios de consciência), etc.(ULPIANO, p.5, 2018)

Essa citação vem para elucidar de como a memória traumática possui ramificações que nos levam a compreender de como essa rejeição a certos monumentos surgiram atualmente, e como essa rejeição veio como uma herança geracional, e que como as redes sociais têm um papel importante na ligação e aproximação de vários grupos que possuem o mesmo objetivo, o de reescrever sua história. Um embate entre memória e esquecimento que está longe de ser resolvido, seria qual o limite da preservação da memória? O que deve ser esquecido? É possível obter uma memória justa? Ou simplesmente deve –se seguir em frente e esquecer o passado, é possível esquecer por completo?

Outro ponto de vista importante vem do texto ‘Memória, esquecimento, silêncio’ de Michael Pollak, que vai apresenta como esses três fenômenos afetam a memória e a identidade do indivíduo, o autor apresenta o esquecimento como um mecanismo de defesa no intuito de apagar algo que remete a um sofrimento muito forte, na tentativa de preservar a sanidade, outro conceito seria o do tabu e silêncio, que ocorre quando determinado assunto não é citado ou pela dor daquele que sofreu ou pela vergonha de quem causou a dor de alguma forma, o que dificulta a construção de uma narrativa histórica.

Essas lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (POLLAK, p. 8, 1989).

Com o exemplo citado acima, o autor exemplifica um pouco do resultado de um silenciamento de uma memória histórica, exemplificando como sociedades lidam com um evento traumático, porém Pollak enfatiza a importância de se confrontar o passado e a tentativa de resolver esses embates é essencial para o desenvolvimento da identidade individual, pois o apagamento pode ser algo acumulativo e prejudicial para um acordo social, prejudicando assim as gerações futuras, como diz o ditado, lembrar para que não aconteça novamente, a exemplo da Alemanha pós Segunda Guerra Mundial, que apesar do amplo estudo sobre o Holocausto e da divulgação midiática sobre o assunto, somente após 40 anos alguns alemães decidiram romper o silêncio, esses sendo testemunhas e com a eminência do fim, decidiram deixar seus relatos, para enfim justificar o longo silêncio e sanar as dúvidas de seus familiares e curar feridas.

2.2 A MEMÓRIA TRAUMÁTICA AFRO-BRASILEIRA ATRELADA AO RACISMO ESTRUTURAL

Silvio de Almeida (2019) vai afirmar que a escravidão se constitui como um trauma coletivo de longa duração, inscrito na memória social afro-brasileira, perpetuando nas desigualdades raciais e nas formas de exclusão que atravessam o presente. Essas formas de exclusão, seja ela institucional, política, social ou religiosa, é o chamado racismo estrutural, que é o preconceito com estrutura que garante institucionalmente a manutenção das desigualdades sociais.

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações sociais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é o suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 51)

Muitos desses lugares de memória de afro-brasileiros são frequentemente silenciados, como vários locais de quilombos os quais foram destruídos há séculos e apagados da história, cemitérios destinados aos negros aforros e escravizados, esses os quais aconteciam em qualquer local afastado pois não eram tratados com dignidade por conta de sua cor e realidades social, templos religiosos eram destruídos por intolerância, logo esses cultos aconteciam de forma clandestina. Já no período pós escravidão, no início do sec. XIX, havia muitos prédios destinados a valorização e difusão da cultura negra, como salões de dança e convivência,

escolas, bandas musicais, escolas de samba, são exemplos de resistência da cultura, que ainda perpetuam em muitos lugares no Brasil, mas ainda assim comparado com a memória colonial europeia presente no Brasil é bem pequena, desvalorizada, resumida e generalizada.

Há autores como Muniz Sodré (2017) vão dizer que é um fato que a diáspora foi violenta e traumática, mas que ao mesmo tempo gerou-se desse trauma a reinvenção e ressignificação dessas memórias, e resistência e novas produções e práticas culturais, como a oralidade, religiosidade de matriz africana, dança e culinária, feitas pelos povos escravizados e seus descendentes, fundamentais para a preservação da memória e a construção da identidade negra no Brasil. Sendo assim um trauma da diáspora sempre estará presente na sociedade e, portanto, demandando reconhecimento na esfera pública. “As memórias da escravidão e do racismo não se restringem ao passado, mas emergem como feridas abertas, atravessando gerações e exigindo reelaboração simbólica”. (RATTES, 2014)

Assim o racismo estrutural afetou a construção e afirmação da memória negra no Brasil, e contribuiu de forma negativa na construção da memória histórica seletiva e excludente, invisibilizando, estereotipando e reforçando preconceitos sobre a construção da memória afro-brasileira. Dessa forma se tornou comum e legitimado por anos a construção de monumentos, ruas e praças que homenageiam escravocratas, e que em museus sejam expostos objetos que representavam a dor e a tortura de seres humanos, e que pelourinhos sejam reconstruídos em praças públicas.

3. PELOURINHO COMO REFERÊNCIA DE PODER E ORDEM URBANA.

Para entendermos a dinâmica do objeto dessa pesquisa é necessário voltar à origem do objeto que veio de Portugal, pelourinho ou picota, como era chamado, nos finais do séc. XV na Europa, fora conhecido como símbolo de poder, liberdade municipal e tortura, erguido em cidades, o pelourinho simbolizava a autonomia municipal e a autoridade judicial do concelho. Embora inicialmente utilizados em punições públicas, ao longo do tempo, os pelourinhos adquiriram também um caráter simbólico e artístico, representando a presença do poder régio e a identidade municipal. Sendo um objeto que simbolizava a justiça e dignidade da vila ou cidade certos moradores tinham direito a ter um em sua propriedade, eles eram senhores, mosteiros, honras⁷. Eram construídos em madeira ou concreto, e segundo historiadores o local onde se erguia a picota também era o local de comunicação com a população local, como anúncios, cartazes e avisos para o povo se manter informado de recados dado pelas autoridades locais, assim como para exibir corpos daqueles que eram punidos, sejam eles enforcados ou açoitados, a regra era expor para dar exemplo.

Como era um objeto de importância social durante séculos, o pelourinho ou a representação do mesmo está presente em algumas obras de arte históricas, como na pintura de Piero Della Francesca *A Flagelação de Cristo* (provavelmente 1455-1460), figura 1, que retrata Jesus amarrado a uma coluna, enquanto soldados o açoitavam, refletindo a prática romana de prender condenados a pilares para punição e humilhação públicas. Esses pilares, conhecidos como *Columna Moenia*, simbolizavam o poder político exercido em nome do imperador e eram comuns em praças públicas, onde os sentenciados eram expostos ao escárnio popular, costume que perdurou durante a Idade Média.

⁷ Termo utilizado em Portugal desde a idade média até o sec. XVIII, que corresponde a uma característica de poder e influência de um privilegiado e seletivo grupo conservador para decidir regras e costumes em forma de um contrato social, os quais os membros estabelecem leis e acordos que, quando não cumpridos, sofrem retaliação pública, em sua maioria.



Figura 1 Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Piero-della-Francesca/Last-years> acesso em 20/02/2025

Voltando às origens do pelourinho, Portugal é o local onde existem centenas deles e onde se tem mais registros documentais e fotográficos antigos e atuais. Historiadores como Alexandre Herculano (2008) e Luiz Chaves (1930) vão apresentar em suas pesquisas que a função dos pelourinhos era para além de punições, que muitas vezes não ocorria, e sim como um demarcador de território, que seriam assim ornamentados de acordo com o prestígio e liberdade burguesa, e muito dificilmente a morte ocorria ali, pois para a pena de morte havia a força para tal. Em Portugal existem aproximadamente 60 pelourinhos registrados e muitos espalhados pelo país em distritos e vilas, como pode se ver no mapa presente na figura 2, sejam eles em ruínas ou reconstruídos, e sua existência acaba por ser rotineira pelo fato de estar presente em vários locais.

26/02/2025, 18:04

mapa pelourinho portugal - Google Maps



Dados do mapa ©2025 Inst. Geogr. Nacional, Google 100 km

Figura 2: Fonte: Google Maps, os pontos vermelhos correspondem aos locais de alguns dos pelourinhos registrados atualmente.

Outro ponto importante na nomenclatura é que até então havia uma diferença entre picota e pelourinho, a picota era o nome da pilastra que havia correntes e onde se exibia os punidos, o pelourinho era somente uma pilastra lisa, seria até então como demarcação territorial. Até que em meados do séc. XVI aconteceu a definição do nome para pelourinho, e o hábito de *empicotar* os delinquentes, permaneceu por vários séculos, em Portugal. *Empicotar* era expor o criminoso ao público, em local central, na picota ou no pelourinho, mais tarde. Este costume, continua o autor, existia ainda no século XIX. Expunham-se as prostitutas, a quem se cortavam os cabelos, e, ainda em 1834, davam-se pancadas de palmatória aos rapazes que cometeram delitos leves.



Figura 3 e 4: Pelourinho de Coimbra, Praça do Comércio, reconstruído em 1980 baseado na sua versão de 1498. Fotografia: Marcus Vinicius Gonçalves Valias, 2025.

Com a chegada dos portugueses em terras brasileiras em meados do séc. XVI e consequentemente o processo de colonização, que consistia em estabelecer território, ocupar e logo começar a exploração e logo começar as atividades econômicas. Assim que uma vila era levantada em solo brasileiro, logo se era encomendado o levantamento de um pelourinho como era de costume em Portugal, e caso contrário era considerado uma desonra para com a autoridade real, Francisco de Andrade (2022) vai dizer que ao erguer um pelourinho era como clamar ao rei, materializando a lei régia naquela localidade, transformando aquela coluna na representação legítima do rei.

A princípio o levantamento dos pelourinhos eram dignos de rituais e cerimônias, relembrando os costumes de Portugal, e assim algumas funções civis foram mantidas, por hora, como avisos e anúncios vindos das câmaras que transmitiam ordens reais, eram de madeira e tinham o escudo da realeza e um cutelo. Encomendados por Ouvidores gerais, cada cidade e vila era obrigada a ter um em frente a câmara, praça, demarcando também divisas territoriais. Mudanças de locais eram comuns, e foram usadas como ponto de referência e marco de crescimento e organização urbana. Outra semelhança com os costumes portugueses, era que neste local eram feitos leilões, arrematações, reuniões e negociações comerciais. Mas o que de fato chamava mais atenção para os pelourinhos era a sua função punitiva para com os escravizados e criminosos, e acontecia como um tipo de espetáculo ao som de súplicas e gritos agonizantes.

A punição de criminoso era algo raro comparado com a punição de escravizados, transformando assim o pelourinho em um local de manutenção da ordem do sistema escravocrata nacional, de acordo com a lei régia por exemplo, não se era permitido que senhores de escravos punisse seus cativos por motivos pessoais, de acordo com a lei imperial, o castigo deveria ser por motivos de fuga, roubos ou insubordinação. E assim contradizendo aos costumes europeus, corpos cortados sem vida, ou pessoas feridas ficavam expostas em praça pública com o intuito de fortalecer a ordem para que, usados como exemplo, alertasse do que os demais não deveriam fazer (ANDRADE, 2022, apud AUFDERHEIDE, 1976, p. 3).

Com o crescente avanço da escravidão foi-se crescendo a importância de reforçar, e consequentemente monumentalizando, o pelourinho, cidades onde a escravidão urbana era forte, Recife (1711) Salvador (1718), Vila Rica (1747), Mariana (1750) e Belém (1756), foram arrematados com estruturas de cantaria, ornamentos como o caso de Mariana, figura 5, que tinha um cutelo e uma estrela, e Vila Rica (Ouro Preto) com suas argolas conforme um esboço na figura 6.



Figura 5: fonte Acervo Márcio Eustáquio – Marezza. Revista Mariana 2018



Figura 6: esboço do arremate solicitado para a Vila Rica. Fonte: Arquivo Público Mineiro s/d

Após quase 300 anos de escravidão o uso contínuo do pelourinho como local exclusivo de punição e exibição foi perdendo força, não quer dizer que foi de fato eliminada, mas com a chegada da família real oficialmente no Brasil e o surgimento de reprovação pública com os severos castigos públicos durante os anos de 1820 começou a derrubadas de alguns pelourinhos e o estabelecimento de novas câmaras e cadeias, mudando assim o cenário da ordem pública e assim dando início ao sistema carcerário brasileiro. Mas tal decisão teve uma reviravolta, segundo Francisco de Andrade (2022), com o crescente número de escravizados desembarcando no porto devido a chegada da família real e o avanço da produção agrícola, muitos dos senhores pediam o aumento de pelourinhos, mesmo que sejam de madeira, no intuito de reprimir quilombolas, capoeiras e todos aqueles que contrariarem a lei, e que essas sejam dadas pelos próprios proprietários e em praça mais públicas ainda. Percebe-se então que o objetivo era, além de obter mais autonomia, haver uma certa rebeldia em se adequar às leis coloniais. Pois afinal todo esse arranjo não passou de uma forma de mascarar a realidade da família Real, que apenas não queria presenciar corpos em praça pública.

Nos meados do século XVII se torna efetiva a derrubada de pelourinhos em grandes cidades do período, motivados pela mudança econômica, proibição de importação de escravos, e fortalecidos por movimentos abolicionistas. Em Ouro Preto (MG) derruba-se o pelourinho, localizado no Largo de Coimbra, onde concentrava o grande comércio e colocava no lugar um chafariz. Já em Mariana MG foi derrubado no ano de 1871 conforme a citação a seguir:

(...) o desmonte foi sugerido por um vereador logo após a aprovação da lei do Ventre Livre, cujo espírito ia contra “um tal monumento de nossos antepassados”. No dia 9 de novembro, estando presente toda a Câmara Municipal e diversos cidadãos “teve começo a demolição, sendo tirada a Coroa, Globo, Espada e Balança e, em seguida a Coluna de pedra e todo este tempo tocava a banda de música e foguetes subiam ao ar”. Cumpria-se, desse modo, o desígnio de “tirar da vista da atual geração o padrão de ignomínia” e de testemunhar a adesão à “gloriosa lei de 28 de setembro” (SALEMA, 1992, p. 12 *apud* ANDRADE 2022)

3.1. A RECONSTRUÇÃO DO PELOURINHO DA CIDADE DE MARIANA MG

No ano de 1896 foi reconstruído um marco com algumas peças que restaram do antigo pelourinho junto com um chafariz ambos em pedra sabão, a obra foi feita na praça da Sé em comemoração aos 200 anos de elevação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, primeiro núcleo urbano de Minas Gerais, esse marco tinham alguns elementos como uma base com efeitos ovais estilo barroco (figura 5). Com a mudança do espaço físico da praça por volta de 1930 ambos foram demolidos e seus pedaços foram remanejados para o almoxarife da prefeitura municipal da cidade.

De acordo com alguns documentos presentes na Casa Setecentista historiador marianense Salomão de Vasconcellos fez uma busca por peças existentes do demolido pelourinho em 1930, peças as quais se encontravam no depósito da prefeitura local e outras peças desaparecidas, segundo ele, deveriam ter mantido o monumento em pé, devido a sua contribuição memória local. Tal projeto foi prosseguido por seu filho Sylvio de Vasconcelos que tinha como prioridade a preservação da memória histórica da cidade.

Lembrando que o período no qual o pelourinho se apresentava como então um projeto de valorização da cidade, está interligada diretamente com a chamada Era Getúlio Vargas (1930–1945), na qual o Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas e culturais. Nesse período, o governo buscou consolidar um projeto de construção da identidade nacional, no qual o patrimônio histórico e cultural teve papel central. A ideia era fortalecer o sentimento de unidade e pertencimento entre os brasileiros, integrando as diversas regiões e culturas sob uma narrativa oficial de “brasilidade”. Período em questão é marcado por um

crescente interesse na preservação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente em cidades históricas, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras tombadas passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, Vargas utilizou a cultura como instrumento político de integração nacional.

Foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o objetivo de identificar, proteger e restaurar bens considerados representativos da história e da arte brasileiras. O SPHAN iniciou uma política de tombamento e preservação de patrimônios e monumentos, especialmente ligados ao período colonial e barroco mineiro, valorizando a herança portuguesa como base da nacionalidade. Essa escolha refletia uma visão elitista e eurocêntrica do patrimônio, que priorizava a cultura luso-brasileira e deixava em segundo plano as manifestações indígenas, africanas e populares.

Por volta de 1950 adiante foram encontradas correspondências de Sylvio de Vasconcellos com o chefe do DPHAN Dr. Washington de Andrade reafirmando o desejo de reconstruir o pelourinho ressaltando segundo ele “As experiências, contudo, devem ser feitas em local menos público, para que no decorrer da experiência suscitadas as dúvidas, tende -se a soluções”

Posteriormente, Sylvio respondeu com o prefeito da cidade em exercício na época, o sr. Euclides de Souza Vieira (1955 a 1960), no conteúdo da carta o prefeito solicita transporte para as peças e que sejam alocadas, e sugere que seja colocado em frente à Igreja de São Francisco, pois segundo ele “existe a vantagem de estar em frente da prefeitura, com policiamento perto a fim de evitar o maltrato dos garotos”, referindo assim a prevenção de futuros atos de vandalismo.

E depois de uma longa jornada na busca por recursos e as próprias peças do Pelourinho, sua reconstrução é efetuada após um evento intitulado Encontro de Desenvolvimento de Mariana o EDEM I, onde intelectuais da cidade o Prof. Roque Camelo, Vanderlei Machado, Ozanan Santos, Maraly e Moises reforçam para o então prefeito da época, o Sr. Jadir Macedo, que seja inaugurado, e acontece no intitulado ‘Dia de Minas’ na Praça Minas Gerais na data de 16/07/1981.

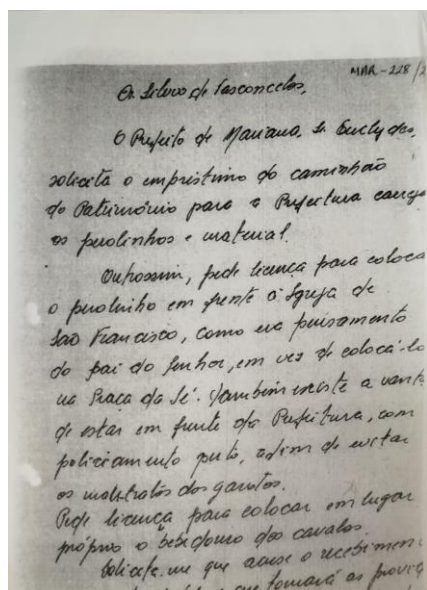


Figura 7: Cópia da carta encontrada na Casa Setecentista de Mariana.

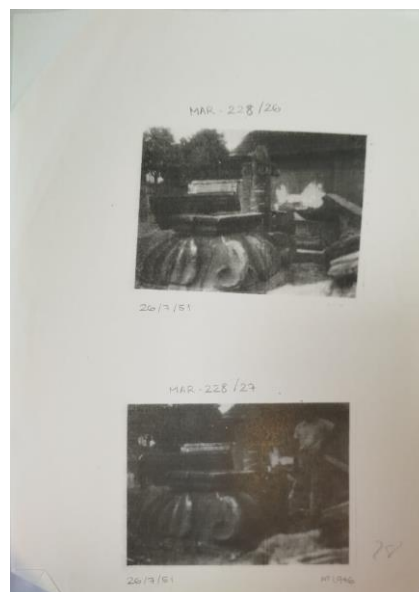


Figura 8: cópias de fotos das peças do pelourinho no depósito da cidade

O pelourinho foi recolocado no centro histórico da cidade totalmente diferente do original, no topo uma esfera armilar que representa a esfera presente na Bandeira do Império do Brasil, consiste na união da Esfera a uma Cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo – símbolo este estritamente ligado à história de Portugal e que representa a fé cristã e a evangelização além-mar. Abaixo na coluna existem figuras representando braços segurando uma balança e uma espada fazendo alusão ao símbolo da Justiça, na parte central entre os dois braços existe um brasão, presente também na bandeira de Portugal, sua coluna estrutural foi completada por peças de cantaria de pedras diferentes, e acrescentado correntes e argolas próximo a sua base. E assim como se não bastasse a problemática de sua reinserção, fora montado repleto de símbolos que formalizam a sua real função e intenção ao estar presente em frente ao prédio Câmara e Cadeia da cidade.

3.2. O PROTESTO E O IMAGINÁRIO COLONIAL

O evento de derrubadas de monumentos histórico que ocorreram em 2020 no Reino Unido, com a derrubada de uma estátua em homenagem a Edward Colson, traficante de escravos, nas cidades nos EUA e também em alguns países latinos como na Colômbia e Argentina, onde estátuas de famosos escravocratas e colonizadores como Cristóvão Colombo,

responsável por dizimar milhares de pessoas no seu processo de exploração de terras latinas, motivadas por grupos anti racistas em protesto pelo constante abuso de autoridades brancas para com afrodescendentes. Desde então surge o debate sobre a razão de ter monumentos em homenagem a essas pessoas que remetem a um passado doloroso para a população negra, e não se limita a somente a estátuas, essas homenagens se estendem a nome de ruas, casas de cultura, leis, instituições públicas, nome de cidades, país, estão em bandeiras e até mesmo em hinos nacionais, e essas lembranças se estendem a uma longa lista a qual seria necessário quase uma vida para mencionar cada particularidade.

O que chama atenção para o Brasil, que nesse mesmo ano aconteceu em São Paulo, uma intervenção artística em forma de protesto nas estátuas de Borba Gato, em Santo Amaro, Bartolomeu Bueno da Silva na Paulista e no Monumento às Bandeiras⁸ no parque Ibirapuera, foram colocados crânios cenográficos em suas bases, os autores o Grupo Ação explicou que, o objetivo é ressignificar a história dos monumentos sem destruir. Avançando para o ano de 2021 onde um grupo de pessoas desembarcam de um caminhão com pneus e os espalham ao redor da estátua de Borba Gato na zona sul de São Paulo, e ateou fogo, do grupo, o ativista Paulo Roberto da Silva, conhecido como Galo, se entregou às autoridades e assumiu a autoria do incêndio, afirmando não se arrepender do ato e enfatiza a necessidade de debates sobre a existência daquela estátua⁹.

Esses fatos estão presentes nesse raciocínio na tentativa de elucidar a existência do descontentamento de parte da sociedade, a respeito dessas representações, que em outros tempos foram utilizadas para reforçar uma soberania nacional e de poder, que nos tempos atuais são passíveis de questionamentos. São resposta à anos de silenciamento da memória dos afro-brasileiros o que leva ao esquecimento de todo o seu processo histórico, e se tratando do Brasil, que foi o último país a abolir a escravidão, a situação se estendeu até a formação da sociedade brasileira. E pensar que há aproximadamente 40 anos o país obteve avanços efetividades de políticas públicas com a finalidade de resgatar e enaltecer a memória afro-brasileira.

O que permite refletir e questionar a reconstrução de um pelourinho, que no caso é particularidade da cidade de Mariana, com 45 anos de existência, ele permanece na praça Minas gerais que é tombada como Patrimônio Histórico do Estado e cartão postal da cidade. A razão

⁸ No ano de 2016 o monumento foi alvo de pichação com tintas vermelha, azul e amarela. Nessa ocasião o monumento de Borba Gato também foi alvo, com as mesmas cores de tinta. Fonte: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/monumentos-amanhecem-pichados-com-tinta-colorida-em-sp.html>

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/justica-condena-paulo-galo-por-incendio-em-estatua-de-borba-gato-em-sao-paulo/>

da sua reconstrução não é de domínio público, mas fica explícito que sua existência ‘homenageia’ a escravidão, por mais que nas documentações isso não é citado, mas frase como “devolver a história para a cidade”, os símbolos representando a coroa portuguesa, a balança da justiça e suas correntes, apresenta o claro desejo em eternizar a memória daqueles que obtém o poder e silenciar assim a memória negra da cidade.

Outro fato é que além de estar presente no centro histórico da cidade, em frente ao prédio Câmara e Cadeia onde é a casa dos vereadores da cidade, o pelourinho faz parte da bandeira da Guarda Civil Municipal (figura 11) da cidade desde a sua criação, exaltando ainda mais a sua intenção que é simbolizar a manutenção da ordem.



Figura 9: imagem de como se encontra o monumento. Fonte: Laura Valentim



Figura 10: placa inaugural inserida no monumento. Fonte: Laura Valentim



Figura 11: Brasão da Guarda Municipal de Mariana MG/ Fonte : <https://www.facebook.com/GuardaMunicipalDeMariana/>

4. LEMBRAR PARA QUE NÃO SE REPITA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DE OBJETOS PÚBLICOS MUSEALIZADOS.

Diante das discussões sobre como lidar com a presente lembrança de um passado complexo, traz a reflexão da necessidade de diálogo a respeito de como a memória do negro é vista não só pela população, mas pelo Estado, pois é ele quem mantém a guarda desses vetores da memória nacional, que representa somente uma parte da população, e seu papel é representar a todos. Não desmerecendo os avanços em relação a preservação da memória negra brasileira, mas em detrimento das demais memórias de outros grupos, precisa-se repensar no quão ainda existem caminhos para alcançar.

A rejeição a essas representações do Estado alerta sobre a necessidade de fortalecer a identidade negra no mundo, mas focando no Brasil, que existem instituições musealizadas que representam a memória negra brasileira, mas não em todos os lugares que foram locais de traumas oriundos da escravidão. Outro ponto é que não é simplesmente colocar tudo em um prédio, mas implementar medidas no campo social, de forma em se discutir de forma efetiva, com um trabalho de reeducação interdisciplinar, por exemplo, no caso de monumentos, detalhar toda a história, assumindo também as derrotas que perpassam sobre aquela história.

A criação de memoriais vem para dar voz ao trauma e a memória de um determinado grupo, por exemplo Memorial e Museu Auschwitz Birkenau, localizado em Oswiecim, Polônia, onde foi o campo de concentração de Auschwitz, o maior campo de concentração e extermínio nazista, onde mais de 1 milhão e meio de pessoas perderam suas vidas entre 1940 e 1945. Ao

construir esse memorial o Estado alemão também assume seus erros para com a humanidade, e consequentemente para sua própria população que são também descendentes desses que foram vítimas de um crime de ódio. No Brasil existe o memorial da resistência em São Paulo, que resgata a memória daqueles que também foram vítimas de repressão e da resistência política no período da ditadura militar.

Com a essa iniciativa o Brasil por exemplo deixa claro a sua falha como instituição e logo a população em geral tem a ciência dessa importância de discutir o assunto, pelo menos foi assim por um tempo, pois apesar das constantes iniciativas de grupos vítimas da opressão, ainda sofrem com a tentativa constante de desmerecer a sua memória, isso prova que, como dito acima não consiste em só criar uma instituição, precisa se de aparatos e resguarda do Estado.

Mas ainda sim as representações dessas memórias ainda cativam uma notável comoção por boa parte da população, onde seus locais de lembranças são preservados e quando violados são logo notícias e alvo de debates. Retomamos então para a memória do negro, existe uma sensibilidade e comoção?

Apresento a seguir alguns fatos sobre a dinâmica em que o objeto de estudo dessa pesquisa se encontra, para apresentar outra problemática existente. O Pelourinho que representa a força e a justiça do Estado, tanto que está presente na bandeira da polícia municipal da cidade de Mariana, está localizado numa praça cartão postal da cidade e local onde houve muitas mortes no período colonial devido a longa construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja São Francisco de Assis e a Câmara e Cadeia, que simbolizavam poderes da sociedade colonial, A Igreja e o Estado.

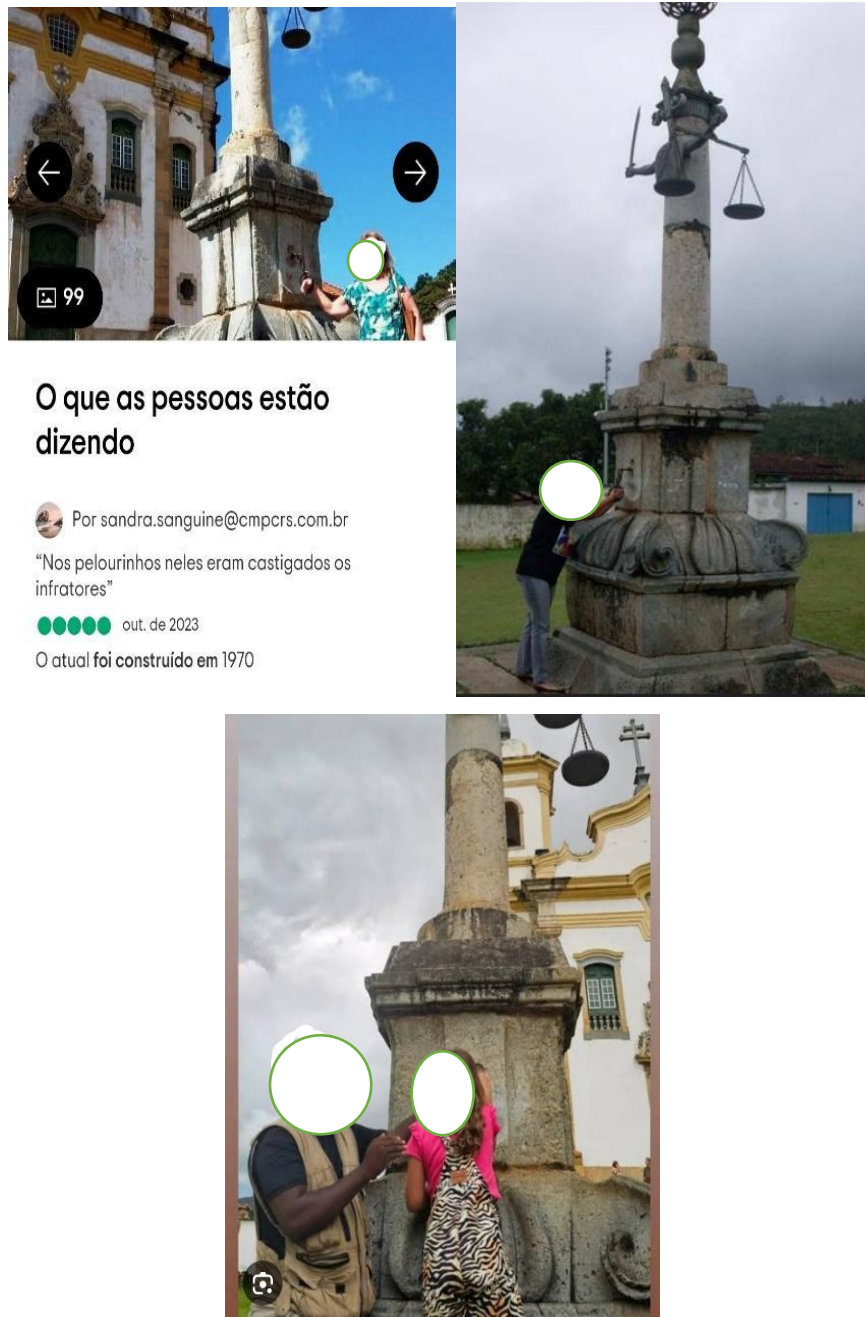
Como uns dos centros de visitação de turistas cada monumento deveria ter sua apresentação em forma de placas e ou totens, algo que, até o momento dessa pesquisa, estão tão degradados e com informações que não condiz com a real história do objeto conforme presente na figura 12, o que permite várias interpretações de quem o visita.



Figura 12: Placa produzida pelo projeto municipal com em parceria com o IPHAN. Foto: Laura Valentim

Ao iniciar a pesquisa documental a respeito do pelourinho, foram encontrados cópias de documentos, xerox, e esses documento apresentam correspondências sobre o processo de reconstrução e relatórios de restauração, esse acesso é possível somente presencialmente, os originais não foram disponibilizados, e no campo virtual não forma encontrados nos sites de arquivos algo relacionado ao pelourinho da cidade, somente algumas menções em artigos, mas nada relacionado a sua reconstrução como os documentos da casa setecentista, o escritório do IPHAN da cidade de Mariana, citado acima.

Outro fato pertinente é o comportamento das pessoas que o visitam, são fotografias desrespeitosas de pessoas se pendurando em suas correntes que mesmo sendo uma praça constantemente vigiada, tal comportamento não é alvo de questionamentos, é tratado como algo banal. Essa mesma atitude seria permitida em memoriais sobre o holocausto por exemplo? Como já ocorreu, e um extenso debate na Alemanha sobre a falta de sensibilidade de visitantes em seus memoriais, comoveu o mundo todo a ponto de ser noticiados em diversos países.



Figuras 13, 14 e 15: Fotografias que circulam na internet a partir do momento em que se pesquisa imagens do Pelourinho de Mariana MG. Fonte: Google Imagens

Com essas imagens justifica aqui a razão pela qual a importância da discussão a respeito à memória do negro no Brasil, e a emergência e importância da educação patrimonial para a sociedade brasileira que ainda reproduz o racismo de várias formas. E como a memória nacional usada como ideologia pelo estado moldou a sociedade de forma seletiva aos seus modos, e como isso perpetua de forma negativa em relação a representação da história da população negra brasileira. A cientista social Myriam Sepúlveda Santos(2006) vai dizer que a criação de imitações que simulam o original causam a atemporalidade que resulta no apagamento da

memória a história, ou seja, a interpretação se torna subjetiva causando conflitos com a história real, é o que acontece com a maioria das representações relacionadas a história nacional brasileira, sejam elas estatuas, ruas, praças e bustos, a maioria delas são homenagens a pessoas relacionadas ao período colonial e provavelmente responsável pela escravização, repressão e genocídio dos povos originários e afro brasileiros, e que pelo fato de serem homenageadas de forma imponente e em grande escala, e também pelo fato de ocultarem os seus crimes nas placas publicas criou se a imagem do heroísmo nacional. Assim como acontece no pelourinho, a sua legenda não esclarece seu histórico, o que permite a livre interpretação.

A decisão da construção de monumentos deve ser consultada por todos pertencentes à cidade, mas o que fazer quando se trata de algo construído no passado? O que fazer com essas lembranças de um passado complexo? A derrubada, como aconteceu em alguns lugares que foi citado anteriormente, resolveria a questão do racismo institucional? Derrubar é a única solução?

A exclusão do objeto não resolve a problemática de como devemos tratar a memória traumática, precisa urgentemente levantar a discussão para que uma solução respeitosa seja tomada. O caminho do respeito, educação e sensibilidade é o mais sensato para buscar uma reparação ética para algo tão doloroso, a começar pela verdadeira origem do monumento, de forma pública, posteriormente conscientizar a população de forma que não ocorra atos desrespeitosos no local, comportamentos que ferem a memória afro-brasileira.

Assim como existem memoriais mundialmente conhecidos, reconhecer que o pelourinho da cidade de Mariana como tal, por mais que não se trate do original, mas por estar em uma cidade onde muitas pessoas morreram por conta do período escravagista, e em consideração memória das vítimas e seus descendentes, seria um começo para uma possível reparação nacional para com a memória afro-brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa demonstrou-se que a memória constitui como um campo de disputa simbólica, ética e política, observando assim que, a memória verdadeira se diferencia da imaginação não apenas pela recordação de fatos, mas pela crença compartilhada em sua veracidade e pela sua inscrição coletiva no tempo. Assim, quando essa recordação ultrapassa o âmbito individual e se consolida socialmente, ela adquire força de permanência, mesmo quando marcada por traumas e silenciamentos.

Com a reinserção do Pelourinho de forma silenciosa por um núcleo seletivo de intelectuais no perímetro público confirma a necessidade de uma consulta pública acerca do que representa a cidade, a permanência desse silêncio para algo de tanta inquietação comprova a forma em que a cidade lida com assuntos sensíveis para a população negra da cidade. É preciso levantar essas temáticas para que ambos os lados sejam ouvidos e representados, já que o patrimônio é para todos e deve ser acessível para qualquer cidadão.

Os lugares de memória, como o pelourinho, ultrapassam o caráter meramente material e se configuram como espaços de representação do poder e de legitimação da história oficial. A sua permanência em espaços públicos revela as escolhas políticas e simbólicas de uma sociedade, que decide o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. O fato de ser um assunto pouco falado na cidade foi a razão dessa pesquisa, pois da mesma forma que ele foi colocado, o silêncio ainda perpetua sobre a sua existência e pouco se fala sobre o quão é ofensivo, afrontoso é a sua presença, tanto física quanto simbólica em bandeira pública.

A falta de documentação oficial dificulta para que mais estudos sejam levantados e disseminados, o acesso a cópias(xerox) dos documentos foi restrito, e os originais não foram consultados por conta da restrição, não justificada, da própria instituição em disponibilizá-los. Na internet a pesquisa foi focada em artigos e sites de arquivos do estado de Minas Gerais, alguns sites não possuem informações sobre, e foi encontrada uma foto do antigo pelourinho, mas sem dados escritos. Os artigos possuem alguns dados, os mesmos presentes em sites de informações turísticas, mas nenhum aprofunda a questão da sua reinserção, ou sobre o projeto de reconstrução. A falta de organização e centralização documental causa controvérsias e vácuos no entendimento do processo da antiga derrubada até a sua reconstrução, isso levanta a importância do alinhamento de órgãos responsáveis pela guarda da memória da cidade.

Ao citar o conceito de memória traumática identifica-se que a escravidão é um trauma coletivo e de longa duração, a reconstrução de uma réplica do pelourinho na praça pública, e

esse mesmo monumento ser símbolo da bandeira da polícia municipal, reafirma a continuidade do racismo estrutural, pois perpetua o imaginário colonial e o discurso de poder que sustentaram a escravidão. A manutenção desse símbolo em praça pública, em frente à antiga Câmara e Cadeia, reforça o vínculo entre memória, autoridade e dominação, reeditando o passado sob o pretexto da preservação histórica.

O debate contemporâneo sobre o direito ao esquecimento e as manifestações de resistência como os protestos contra estátuas e monumentos de escravocratas, revelam o desejo crescente de reescrever as memórias silenciadas e de transformar o espaço público em território de reparação simbólica. A rejeição a esses símbolos não representa o apagamento da história, mas a tentativa de interpretá-la sob uma perspectiva ética, plural e inclusiva

É preciso refletir sobre os efeitos do apagamento cultural e silenciamento de memórias dos negros brasileiros, e como algumas instituições nacionais ainda retratam a memória do afro-brasileiro, o resumindo a correntes e objetos de tortura. Banalizando todo o sofrimento ali representando. É preciso mudar essas representações e buscar um caminho ético para lidar com essas memórias traumáticas.

A intenção dessa pesquisa é levantar uma reflexão acerca da construção do monumento, e com isso surgem mais perguntas do que respostas como por exemplo, por que no Brasil monumentos ligados à escravidão não recebem o mesmo reconhecimento de crime contra a humanidade que em outros contextos históricos? Como lidar com comportamentos desrespeitosos (fotos, encenações, banalização da dor) em monumentos de memória traumática? Seria o desmanche do Pelourinho uma forma de reparação e reconhecimento da memória afro-brasileira? Como regulamentar a criação e preservação de novos monumentos para que contêm histórias de forma inclusiva? Quais seriam os caminhos para uma identidade afro-brasileira mais justa e reconhecida no espaço público?

Compreende-se que a preservação patrimonial deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre o que se decide conservar e como se comunica o passado à população. O patrimônio histórico não é neutro: ele pode tanto perpetuar injustiças quanto promover reconciliação e consciência histórica. A ausência de uma mediação educativa eficaz, somada à banalização do símbolo em espaço turístico, demonstra a urgência de políticas de educação patrimonial e musealização consciente, que contemplem as memórias silenciadas e estimulem o respeito aos traumas históricos.

Portanto, lembrar é um ato político, relembrar o pelourinho é reconhecer a dor que ele representa, mas também a necessidade de reinterpretar o passado para que a opressão não se repita. A construção de uma memória justa passa pelo enfrentamento dos silêncios, pela inclusão das vozes antes marginalizadas e pela reavaliação dos símbolos que ocupam o espaço público. Somente ao transformar os lugares de memória em lugares de diálogo é que será possível promover uma sociedade mais consciente, plural e comprometida com a reparação histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Termo de Mariana História e Documentação. Volume 1” Editora da UFOP, 1.

A Mariana. **Revista Histórica e Cultural**. Revista online em homenagem aos 321 anos da cidade de Mariana-MG, 2018, p. 22 e 23.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p.

ANDRADE, F. De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-37, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.188402. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/188402>>. Acesso em: 31 out. 2023.

CARVALHO, Antônio M. R. **Pelourinhos da beira Interior**. Uma página esquecida na história de Portugal. AÇAFA On Line, nº6 (2013) p. 252 – 273.

CUNHA, Andrea V S.R. da & SILVA, Mariluze F. de A e Silva. Sobre o conceito de memória em Bertrand Russel. Revista Eletrônica Print. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistalable/Μετάvoia>, São João Del-Rei/MG, n.12, p.45-60/2010>.

Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Mariana MG - Rua Direita, nº 7 - Centro. Documentação física da pesquisa.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 23

GONDAR. Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço/ Icléia Thiesen Magalhães e Jô Gondar (org) – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 35 – 43.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

<https://exporvisoes.com.br/2023/11/14/da-tortura-de-uns-ao-conforto-de-outros-reflexoes-para-desconfortar/> acesso em 20/02/2025

<https://www.britannica.com/biography/Piero-della-Francesca/Last-years> acesso em 20/02/2025- imagem do quadro Piero della Francesca.

Le Goff, Jacques, 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

MAGALHÃES, Aline M. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 233-290, setembro-dezembro 2017.

MENESES, Ulpiano T. B. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais**. Rev. Est. Bras., SP, 34: 9-24, 1992.

MENESES, Ulpiano T. B. **Os museus e as ambiguidades da memória**: a memória traumática. Conf. 10o. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina, 2018.

NORA. Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo (10). dez de 1993.

RATTES, Ariane. **Memória, trauma e pós memória**: narrativas afro-brasileiras contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG, 2014.